

# **MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**

**- Oficina Internacional -  
Governança no Setor de Transportes**

**8 a 10 de maio de 2012**

**Brasília/DF**

## **Síntese Final**

### **1. PALESTRANTES CONVIDADOS:**

**ÁFRICA DO SUL:** Nazir Alli  
**ALEMANHA:** Wolfgang Pelousek  
**AUSTRÁLIA:** Chris Konidtsiotis  
**CHILE:** Eduardo Bitran e José Hidalgo  
**ESPAÑA:** Adolfo Menendez e Pedro Navarro  
**EUA:** King Gee e Tom Kearney  
**FRANÇA:** Philippe Maler  
**HOLANDA:** Wim Holleman  
**NOVA ZELÂNDIA:** Robin Dunlop  
**PORTUGAL:** Mário Alves

### **2. ENTIDADES E ÓRGÃOS PARTICIPANTES DA OFICINA INTERNACIONAL, REPRESENTANDO OS DIVERSOS SEGMENTOS QUE ATUAM NO SETOR DE TRANSPORTES E REFLETINDO A PARCERIA DESEJADA PELO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES:**

- Ministérios com os quais o MT trabalha em estreita cooperação como:
  - Casa Civil da Presidência da República – CC/PR;
  - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG;
  - Ministério da Fazenda – MF;
  - Ministério do Meio Ambiente – MMA;
  - Ministério da Defesa – MD;
  - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC;
  - Secretaria Especial de Portos – SEP;
  - Secretaria de Aviação Civil – SAC;
  - Advocacia Geral da União – AGU.
  
- Órgãos dos sistemas de acompanhamento e controle como:

- Controladoria Geral da União – CGU;
  - Tribunal de Contas da União – TCU;
  - Ministério Público da União – MPU;
  - Polícia Rodoviária Federal – PRF.
- Associações privadas de usuários, operadores, projetistas e construtores do sistema de transportes, como:
    - Confederação Nacional da Indústria – CNI;
    - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;
    - Confederação Nacional do Transporte – CNT;
    - Associação Brasileira de Consultores de Engenharia – ABCE;
    - Associação Brasileira dos Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem – ABDER;
    - Associação Brasileira de Empresas de Consultoria de Infraestrutura de Transportes – ABCTrans;
    - Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários – ANTF;
    - Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR;
    - Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base – ABDIB;
    - Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias – ANEOR;
    - Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – SINICON;
    - Sindicato da Arquitetura e da Engenharia – SINAENCO.
- Universidades:
    - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC;
    - Universidade de Brasília – UnB.
- Órgãos do Ministério dos Transportes:
    - Gabinete do Ministro - GM;
    - Secretaria Executiva - SE;
    - Secretaria de Política Nacional de Transportes – SPNT;
    - Secretaria de Fomento para Ações de Transportes – SFAT;
    - Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes – SEGES;
    - Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD.
- Entidades vinculadas ao MT:
    - Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ;
    - Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;
    - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT;
    - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
- Senado Federal.
- Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, copatrocinador do evento.

### **3. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O evento constituiu rara oportunidade de conversar, trocar ideias, discutir diferentes pontos de vista, aprender com erros e acertos de entidades de transportes de outros países, descobrir diferenças, mas também semelhanças, entre problemas e situações que acontecem e desafiam os responsáveis pelo setor de Transportes, no dia a dia.

As palestras cobriram diversos aspectos da governança no setor de Transportes, seguidos de debates concorridos e esclarecedores, posteriormente consolidados nas mesas de trabalho, nas três grandes áreas temáticas abordadas.

De fato a Oficina Internacional foi apenas o início de um processo de discussão interna ao Ministério dos Transportes quanto aos aspectos institucionais do setor no Brasil, o processo de planejamento e de projeto, bem como as práticas de contratação, controle e gestão de obras e serviços.

O sentido primordial do evento foi buscar maior eficiência do gasto público, de forma sustentável, colaborando de forma presente e permanente com o processo de desenvolvimento nacional.

### **4. PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS**

- Constatou-se a predominância de arranjos institucionais baseados em Ministérios de Transportes abrangentes, responsáveis por todos os modos de transportes e, em certos casos, também por transporte urbano e trânsito.
- Evidenciou-se a importância do planejamento de médio e longo prazos, na maioria das vezes com enfoque multimodal, à exceção dos Estados Unidos, mais baseado no mercado.
- Na maioria dos países há um descompasso entre a disponibilidade de recursos e as necessidades do setor. A prioridade costuma ser dada à conservação e manutenção da rede existente, ficando a ampliação dessa rede à disponibilidade de recursos para tanto, com destaque para a participação cada vez maior da iniciativa privada no processo de expansão, por meio de concessões e PPPs.
- Foram abordadas sob diferentes perspectivas as peculiaridades dessas modalidades de parceria, em especial a alocação de riscos e os mecanismos de renegociação e solução de conflitos em processos de longa duração.
- Constatou-se, também, que a realização de obras rodoviárias é geralmente descentralizada, com o Governo Central assumindo papel de gestor, mais do que construtor.
- Tal como foi apresentada, a gestão ferroviária costuma seguir dois modelos bastante distintos:
  - Nos Estados Unidos, grandes ferrovias privadas (Classe 1), complementadas por ferrovias “short-lines” (Classe 2). Ênfase no transporte de cargas.
  - Na Europa, a separação vertical entre infraestrutura e serviço de transportes, com o “open access” predominando. Ênfase no transporte de passageiros.

- Também ficou evidente a necessidade de se dispor de fundo vinculado a Transportes para assegurar os investimentos necessários ao setor.
- Algumas questões mais específicas também abordadas:
  - A importância do controle de peso dos caminhões para preservar o pavimento das rodovias, bem como o avanço tecnológico nesse campo observado nos Estados Unidos e em outros países.
  - O problema crescente de segurança de trânsito e a bem sucedida experiência da Espanha na mudança de comportamento dos motoristas.
  - O potencial de utilização da infraestrutura ferroviária, no modelo “open access”, como suporte para maciças redes de comunicação, servindo para a segurança e controle operacional dos trens, mas também como importante fonte de receita adicional para o órgão responsável pela infraestrutura, como constatado em Portugal (padrão Comunidade Europeia).
  - A metodologia de planejamento, discussão com a sociedade e opções de “funding” público e privado para rede de trens de alta velocidade empregada na França.
- Decorrentes da experiência e/ou da adoção de procedimentos bem sucedidos nos países representados na Oficina Internacional, vale destacar outras considerações e sugestões (explícitas ou inferidas) deixadas pelos Palestrantes, a saber:
  - Entre outros requisitos, para assegurar o desempenho – cada vez mais exigente – às ações do setor, somente formatar a estrutura organizacional da entidade gestora dos Transportes após criteriosa definição e estabelecimento de suas estratégias e objetivos.
  - Importância de se dispor de planejamento estratégico de longo prazo para o setor de Transportes, de abrangência nacional e articulação multimodal, atualizado periodicamente (Exemplo: na França o atual plano estratégico nacional alcança o ano-horizonte de 2050).
  - Quanto mais completos e detalhados forem os projetos, maiores condições de segurança haverá no processo licitatório de contratação de obras e, igualmente, na gestão e controle do empreendimento. Assumir pequeno incremento de custo na fase de projetos representa, geralmente, significativa economia na fase de obras (orçamento e prazo de execução mais realista).
  - A transparência das ações de Governo constitui exigência da sociedade em geral. Portanto os empreendimentos – em especial aqueles estruturantes ou de maiores impactos – devem ser, desde a sua concepção, apresentados e debatidos com todos os segmentos envolvidos, considerando, inclusive, a realização de audiências públicas em suas diversas etapas.
  - Para buscar relação mais produtiva entre setor de obras de infraestrutura e setores responsáveis pelas questões relacionadas a meio ambiente, manter um contínuo e aberto processo de negociação entre as partes, assegurar o acesso à documentação técnica disponível e, de acordo com a legislação pertinente, realizar os estudos ambientais requeridos em todas as fases do projeto, desde o planejamento inicial

(conforme verificado na maioria das apresentações, o tempo despendido no atendimento das questões ambientais já se constitui em um dos mais significativos na composição do prazo total – especialmente no caso dos empreendimentos estruturantes).

- Da mesma forma, no que diz respeito às relações com órgãos de controle externo, a disponibilidade de informações atualizadas, completas e detalhadas nos projetos a serem implementados e a adoção de competições licitatórias abertas e transparentes – além de um saudável diálogo entre as partes – constituem o melhor caminho a ser perseguido.